



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA 001/2024

Unidade auditada: Câmpus Jaguarão

Área: Administração e Planejamento

Objeto da auditoria: Patrimônio

Período: 22/01/2024 a 03/09/2024

Serviço de auditoria: ID 5

Ordem de Serviço: 001/2024

Memorando(s) emitido(s): Mem. IF-UAIG/N.4/2024, N.28/2024, N.34/2024 e N.36/2024

Memorando recebido: Mem. JG-DIR/N.42/2024

Processo: 23163.000345.2024-81

Solicitações de Auditoria: 001/2024 e 001B/2024

1 INTRODUÇÃO

A realização desta auditoria teve como objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial do Câmpus Jaguarão.

O trabalho partiu da análise da legislação pertinente ao tema, mais especificamente a Lei n. 4.320/1964, a Instrução Normativa SEDAP n. 205/1988, a Portaria Normativa CGU n. 27, de 11 de outubro de 2022, o Decreto-lei n. 200/1967 e o Decreto n. 9.373/2018.

As análises de auditoria incidiram sobre aspectos previstos nesses diplomas normativos, a partir dos quais foram formuladas as solicitações de auditoria e os *checklists*.

1.1 Objetivos

Conforme o Programa de Auditoria n. 001/2024, os objetivos específicos do trabalho

foram:

- a) verificar se o responsável pela carga do bem no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) é o responsável de fato pela guarda do bem;
- b) verificar se os bens definidos como amostra estão localizados no setor especificado no SUAP;
- c) verificar se os bens definidos como amostra possuem plaquetas de identificação patrimonial;
- d) verificar se existem bens de terceiros no setor e, em caso positivo, se existe controle sobre estes;
- e) verificar se existem bens localizados fora do local de guarda sem o registro da sua movimentação;
- f) verificar se há bens inservíveis (ociosos, irrecuperáveis ou antieconômicos);
- g) verificar se a Pró-reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP) realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Jaguarão.

1.2 Escopo

O escopo do trabalho limitou-se à análise de 5% do quantitativo dos bens patrimoniais móveis do Câmpus Jaguarão, selecionados segundo critérios de materialidade e de criticidade. No caso de setores com quantidade de itens igual ou superior a 2.000, utilizou-se a Tabela Philips para delimitar a quantidade de bens da amostra.¹

2 HISTÓRICO E ANÁLISE

Em 31/01/2024, por meio do Mem. IF-UAIG/N.º4/2024, a unidade auditada foi informada sobre a abertura dos trabalhos de auditoria patrimonial e que o trabalho de campo seria realizado no período de 27 a 28 de fevereiro de 2024, nas dependências do Câmpus Jaguarão.

Antecede essa etapa o acesso ao SUAP, módulo Administração - Inventário, tendo sido realizada em 05/02/2024 a extração da relação de bens totais do Câmpus Jaguarão, em formato *Excel*, constando, entre outras informações, número de tombo, descrição, setor, valor e responsável pela carga. Na sequência, houve a identificação da totalidade da carga patrimonial do Câmpus Jaguarão por setores responsáveis e extraiu-se a amostra de 5% da totalidade dos bens de cada setor pelos critérios de materialidade e criticidade.

Nessa etapa interna do trabalho, evidenciou-se que dois setores possuíam dois responsáveis

¹ Vide item 2.1 deste Relatório.

pela carga patrimonial, o Curso Técnico em Edificações (CTED) e o Curso Técnico em Informática para Internet (CTII). A Coordenadoria de Administração e de Planejamento (COAP) não possuía registro de carga patrimonial no SUAP e não apresentava responsável especificado no organograma institucional. A Coordenadoria de Ensino (COEN) também não possuía registro de carga patrimonial no SUAP.

Em 31/01/2024, foi expedida a Solicitação de Auditoria (SA) n. 001/2024 à unidade auditada, requisitando a indicação do responsável pelo controle patrimonial no câmpus, as alterações de servidores realizadas na Coordenação de Patrimônio nos últimos três anos, com as respectivas portarias de dispensa e de designação, bem como informações quanto à existência de inventário anual de bens móveis relativo ao último exercício, com portaria de criação da comissão e comprovação de envio do inventário anual dos bens móveis à PROAP. Também foi questionado se todos os bens patrimoniais do Câmpus Jaguarão estão cadastrados e atualizados no SUAP.

A unidade auditada encaminhou resposta por meio do Processo Eletrônico n. 23163.000377.2024-87. Na referida resposta, a Diretora-geral do Câmpus Jaguarão informou que não está previsto no organograma do câmpus uma coordenação específica de patrimônio, havendo apenas a Coordenação de Administração e de Planejamento, para a qual é prevista uma função gratificada (FG2), porém, não há servidor designado para esta função. A Diretora-geral do Câmpus Jaguarão tem respondido pela Coordenação de Administração e de Planejamento.

Informou, também, que todos os bens patrimoniais do Câmpus Jaguarão estão cadastrados e atualizados no SUAP e que não há nenhum outro instrumento de controle patrimonial. Por fim, foi informado que o processo do inventário 2019/2020 pode ser acessado no SUAP sob número: 23163.002276.2021-06 e a Portaria que designou a comissão de inventário é a Portaria n. 1360, de 19 de julho de 2021. Já o inventário 2021/2022 pode ser acessado no SUAP sob número 23163.002974.2023-65 e a Portaria que designou a comissão deste inventário é a Portaria n. 1141, de 16 de maio de 2023. Os inventários 2019/2020 e 2021/2022, por estarem em processo de finalização, ainda não foram apresentados à PROAP.

Em 27/02/2024, tiveram início as verificações *in loco*. A Unidade de Auditoria Interna Governamental realizou uma reunião com a Diretora-geral, os chefes de departamento e os coordenadores do Câmpus Jaguarão, com o intuito de informar sobre os trabalhos de auditoria na área de gestão patrimonial e esclarecer possíveis dúvidas sobre sua realização. A referida reunião foi realizada no Câmpus Jaguarão e contou com a presença de nove servidores, conforme ata de reunião de abertura do serviço de auditoria, anexa ao Processo Eletrônico n. 23163.000345.2024-81.

Durante o trabalho de campo, evidenciou-se fragilidades referentes à gestão patrimonial,

tais como: falta de bens, resultando em quantitativo de bens extraviados ou não localizados; bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; bens sem plaqueta para a identificação patrimonial; bens localizados em setores diversos dos cadastrados no SUAP, responsáveis pela carga de bens que não são responsáveis de fato pela sua guarda; bens na carga da Diretora-geral que correspondem a outros setores, tais como: itens de manutenção (n. patrimonial: 253101, 240971 e 240972) e bens de laboratórios (n. patrimonial: 95156, 211233, 229836, 229846) e itens correspondentes a outros setores na carga da Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), tais como: bens do Curso Técnico em Informática para Internet, como também do laboratório móvel do mesmo; bens do laboratório de informática do Curso Técnico em Edificações; livros da biblioteca e equipamentos de mobiliários da sala da Coordenadoria de Ensino.

Destaca-se que não há responsável pela Coordenadoria de Administração e de Planejamento no Câmpus Jaguarão, o que prejudica o registro e o controle patrimonial.

Na finalização do trabalho de campo, em 28/02/2024, realizou-se reunião com a Diretora-geral e a Chefe do DEPEX, a fim de prestar esclarecimentos finais sobre o trabalho desenvolvido nas dependências do Câmpus Jaguarão.

Na sequência, foi encaminhada a SA n. 001B/2024, por meio do Processo Eletrônico n. 23163.000377.2024-87 e concedido o prazo de 05 dias úteis, a contar do dia 08/03/2024, para que os servidores detentores de carga patrimonial localizassem os bens não encontrados no momento das vistorias e os apresentassem à Unidade de Auditoria Interna Governamental. No mesmo expediente, solicitou-se apresentação de justificativa para constar mais de um responsável pela carga patrimonial dos setores Curso Técnico em Edificações e Curso Técnico em Informática para Internet.

Registra-se que os bens patrimoniais n. 251984 e n. 251985 (itens 40 e 41) da amostra do DEPEX estavam na posse de um professor, o qual havia sido redistribuído para outra instituição.

A equipe da UAIG, ao se deparar com a situação, durante a verificação *in loco*, orientou a Diretora-geral que providenciasse junto ao professor a devolução dos bens, pois os mesmos não poderiam ter sido retirados da instituição sem que houvesse autorização. Na continuidade, a Diretora-geral solicitou ao professor que devolvesse os bens retirados do câmpus equivocadamente. O docente efetuou a devolução dos bens, os quais foram encaminhados pelo correio. Ato contínuo, a Diretora-geral apresentou os bens mediante registro fotográfico, conforme resposta à SA n. 001B/2024, os quais se encontram em boas condições de uso e devidamente identificados por placa patrimonial.

Em 15/03/2024, a Unidade de Auditoria Interna Governamental, mediante o Processo

Eletrônico n. 23163.000377.2024-87, recebeu a resposta à SA n. 001B/2024, a qual consta neste Relatório no item 2.3, sobre a análise dos dados.

Registra-se que no período da greve dos servidores, o qual teve início em 03/04/24 com retorno das atividades em 1º/07/2024, o serviço de auditoria foi suspenso após a finalização e assinatura do relatório preliminar em 16/04/2024 e só retomado o trabalho em 1º/07/2024, data do retorno das atividades na Reitoria, após o fim da greve.

Na sequência, em 16/07/2024, em ambiente virtual, foi realizada a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, com a presença da equipe da UAIG, da Diretora-geral e da Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. A reunião teve por objetivo apresentar o relatório preliminar, RAIP n. 001/2024 e esclarecer dúvidas apresentadas pela unidade auditada, conforme ata da reunião, anexa ao Processo eletrônico n. 23163.000345.2024-81.

2.1 Amostra

Para a extração da amostra adotou-se a seguinte metodologia: nos setores com quantitativo de até 1.999 itens, foi aplicado o percentual de 5% sobre o total de bens; já nos setores com quantitativo igual ou superior a 2.000, foi aplicada a tabela Philips, instrumento de amostragem utilizado pela Controladoria-Geral da União, para delimitar a quantidade de itens da amostra, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Tabela Philips

Tamanho da população	Tamanho da amostra	Índice de problemas
10 a 19	11	1
20 a 50	13	1
51 a 100	20	2
101 a 200	35	3
201 a 500	42	4
501 a 1.000	55	5
1001 a 2.000	70	6
2001 a 5.000	90	12
5001 a 10.000	150	24
10001 a 20.000	220	36
20001 a 50.000	280	48
Maior que 50.001	350	60

Fonte: CHAVES, Renato Santos. Auditoria e Controladoria no Setor Público, p. 70.

SUAP, a saber: a Coordenadoria de Ensino e a Coordenadoria de Administração e de Planejamento, sendo que esta também não possuía titular para o cargo de coordenador. Essa situação foi confirmada pela Direção-geral do câmpus.

O Curso Técnico em Edificações e o Curso Técnico em Informática para Internet possuíam mais de um responsável pela carga patrimonial.

Todas as situações acima relatadas foram confirmadas na data de 27/03/2024, quando houve nova verificação por meio de consulta ao SUAP.

Durante os trabalhos de campo, os auditores fizeram-se acompanhar do responsável pela carga patrimonial auditada.

Foi também aplicado um *checklist* aos responsáveis pelos setores, contendo questionamentos acerca dos objetivos específicos da presente auditoria, conforme apontado no item 1.1 deste Relatório.

Dos 133 bens que compunham a amostra, 129 foram localizados e apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental até a finalização das inspeções *in loco*, restando 04 bens não encontrados durante os trabalhos de campo.

Quanto aos bens encontrados, foram apresentados 07 similares, os quais guardam características semelhantes à descrição e não apresentavam etiquetas oficiais.

2.3 Análise dos dados

Concluídos os trabalhos de campo, conforme previsão do Programa de Auditoria n. 001/2024, passou-se à análise dos dados coletados.

Para complementação das evidências coletadas, fez-se necessária a emissão da SA 001-B/2024, a qual solicitou que:

1. fosse apresentada justificativa para constar mais de um responsável pela carga patrimonial no Curso Técnico em Edificações e no Curso Técnico em Informática para Internet (dois responsáveis em cada setor).

2. fossem apresentados em 5 dias úteis, a contar de 08/03/2024, os bens não encontrados durante o trabalho de campo, conforme tabela enviada, na qual foram elencados 4 bens, sendo os respectivos números patrimoniais: 157115, 158815, 251984 e 251985.

Em resposta à SA, referente ao item 1, a unidade auditada manifestou que:

Tendo em vista que alguns equipamentos são utilizados pelas áreas técnicas dos dois cursos e também pelos docentes das áreas comuns, inicialmente julgamos que o Departamento de ensino, pesquisa e extensão pudesse ter esses equipamentos em sua carga. Porém com o crescimento do Câmpus, que já vai completar dez anos, reconhecemos a necessidade das cargas patrimoniais dos cursos estarem unicamente sob responsabilidade da coordenação de curso e assim iremos implementar. (*sic*).

Quanto ao item 2 da SA, foram encontrados dois bens, quais sejam, uma LANTERNA TOCHA 12 V 2900 LUMES – COLEMAN, n. patrimonial 251984 e uma FONTE DE ELETROFORESE PROGRAMAVEL, 10 A 300 V / 1 A 500 MA/ 1 A 150 W. ALIMENTACAO 110/220 (BIVOLT) - MARCA LOCCUS, n. patrimonial 251985. Foram enviadas fotos dos bens, os quais possuem plaqueta com registro patrimonial. Assim, dos 4 bens não encontrados na verificação *in loco*, ainda permanecem como faltantes 2 bens patrimoniais constantes da amostra, quais sejam: n. 157115 (tablet positivo ypi ab10e) e 158815 (tela de projeção elétrica).

Do *checklist* aplicado aos responsáveis dos setores quanto às questões de auditoria, inferiu-se os pontos que seguem:

a) quanto ao estado de conservação dos bens verificados *in loco*, 91% dos itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental foram considerados bons, 2% regulares e 7% ruins, de acordo com as informações prestadas pelos servidores que acompanharam a equipe de auditoria;

b) dos bens similares, verificou-se que os itens apresentados à Unidade de Auditoria Interna Governamental foram considerados em bom estado;

c) ademais, nos 05 setores visitados pela UAIG, foi relatada pelos gestores a existência de bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) em 04 deles;

d) no que concerne à existência de bens de propriedade de terceiros, não foram encontrados, nem relatado pelos gestores;

e) por fim, quanto às ocorrências de furtos ou de extravios de bens, não foi relatada ocorrência pelos gestores entrevistados, não havendo registro a ser feito.

2.4 Análise dos controles internos

Primeiramente, deve-se considerar que a Portaria do MEC n. 713/2021 estabelece diretrizes para organização e implementação do dimensionamento de cargos e funções no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, de acordo com seu Anexo 1 e 2, o Câmpus Jaguarão (originalmente com tipologia IF Câmpus Avançado 20/13) enquadra-se no Tipo de unidade IF Câmpus - 40/26, o qual corresponde a uma estrutura mínima de apenas: 1 CD 3, 1CD 4 e 2 FG 2. Desse modo, o Câmpus Jaguarão requer maior supervisão e orientação do órgão sistêmico devido a sua diminuta estrutura organizacional. De acordo com o art. 22 da Portaria do MEC n. 713/2021: “As unidades implantadas com denominação "IF Campus Avançado 20/13" terão sua autorização de funcionamento reavaliada, a partir de critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com base nos atos normativos vigentes, podendo ser equiparadas às unidades IF Campus 40/26, com atualização à nova nomenclatura.”.

Posto isso, verificou-se que o Câmpus Jaguarão não possui uma coordenadoria específica incumbida da gestão do almoxarifado e do patrimônio, estando prevista no organograma institucional apenas a Coordenadoria de Administração e de Planejamento, para a qual não há responsável investido na função de coordenador. Em virtude disso, a questão quanto à realização de orientação e supervisão pela PROAP, aplicável normalmente aos chefes do departamento de administração e de planejamento, foi respondida pela Diretora-geral. Pelo fato da estrutura funcional não apresentar Departamento de Administração e de Planejamento, aplicar-se-ia o questionário à coordenadoria correspondente, no caso, Coordenadoria de Administração e de Planejamento. Ainda, assim, não foi possível pois a COAP do Câmpus Jaguarão não possui servidor designado para a função de coordenador.

No questionário aplicado e respondido pela Diretora-geral solicitou-se informações no sentido de verificar se a PROAP realiza a orientação e a supervisão sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Jaguarão. Em resposta, a Diretora-geral informou que a supervisão e a orientação ocorre mediante demanda.

Em relação às atividades de controle, constatou-se a insuficiência de controles internos capazes de evitar fragilidades, tais como: a) falta de bens, resultando em quantitativo de bens extraviados ou não localizados; b) bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; c) bens sem plaqueta para a identificação patrimonial; d) bens localizados em setores diversos dos cadastrados no SUAP; e) bens em que o registro patrimonial não está corretamente afixado, uma vez que a etiqueta patrimonial não se encontra gravada/afixada de modo permanente os quais, no entanto, possuem as mesmas características da descrição (bens similares); f) responsáveis pela carga de bens que não são responsáveis de fato pela sua guarda; g) bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização e h) bens na carga da Diretora-geral e da Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que correspondem a outros setores.

Registra-se a falta de identificação das salas no câmpus, como, por exemplo, biblioteca, sala multifuncional (LabMulti) e sala 35 (Laboratório do Curso de Edificações).

Observou-se na amostra o tombamento de bem de consumo, no caso, item n. 246160, persianas tipo vertical em PVC - 29m² - SL modular. Salienta-se que esses 29m² equivalem, pelas medidas encontradas *in loco*, a um total de 10 módulos. Desse modo, evidenciou-se a falta de dois módulos de 2,98m².

Destaca-se que não há Coordenadoria de Administração e de Planejamento no Câmpus Jaguarão, o que prejudica o registro e o controle patrimonial, inclusive na realização dos inventários anuais de forma tempestiva.

2.5 Fatores que influenciaram positivamente os trabalhos de auditoria

Cumpre destacar, como fatores que influenciaram positivamente a realização dos trabalhos, a cedência de sala de apoio, somada à receptividade, à disponibilidade e à solicitude dos servidores do Câmpus Jaguarão.

3 ACHADOS DE AUDITORIA

3.1 CONSTATAÇÃO

Há bens da amostra que não foram encontrados nas dependências do Câmpus Jaguarão.

3.1.1 Critério

Itens 9, 10, 10.1 e 10.8, da IN SEDAP n. 205/88

3.1.2 Evidência

Verificação *in loco* (formulário *checklist*) e resposta à SA n. 001B/2024: itens n. 157115 e 158815 (não encontrados)

3.1.3 Causa

Falta de registros/falha na realização dos inventários

3.1.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Jaguarão manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo, ainda existem 2 bens que não foram encontrados no campus.

3.1.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.1.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que adote providências no sentido de recompor o erário no tocante a eventuais prejuízos decorrentes do extravio de bens. Não havendo êxito, que diligencie junto ao Senhor Reitor para providenciar a apuração de eventual responsabilidade.

3.2 CONSTATAÇÃO

Os setores da Direção-Geral do Câmpus Jaguarão e do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão possuem em sua carga patrimonial no sistema de controle institucional bens que correspondem a outros setores.

3.2.1 Critério

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.2.2 Evidência

Verificação *in loco* da Direção-Geral do Câmpus Jaguarão: itens de manutenção (n. patrimonial: 253101, 240971 e 240972) e bens de laboratórios (n. patrimonial: 95156, 211233, 229836 e 229846)

Verificação *in loco* do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão: bens do Curso Técnico em Informática para Internet, como também do laboratório móvel do mesmo; bens do laboratório de informática do Curso Técnico em Edificações; livros da biblioteca e equipamentos de mobiliários da sala da Coordenadoria de Ensino

3.2.3 Causa

Não aceitação da carga por parte de alguns coordenadores

3.2.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

Sim, de fato existe essa situação.

3.2.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.2.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que diligencie no sentido da transferência de itens da carga patrimonial do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão e da Direção-Geral do Câmpus para as coordenadorias correspondentes, em relação aos itens de manutenção (n. patrimonial: 253101, 240971 e 240972); bens de laboratórios (n. patrimonial: 95156, 211233, 229836 e 229846); bens do Curso Técnico em Informática para Internet; bens do laboratório de informática do Curso Técnico em Edificações; livros da biblioteca e equipamentos de mobiliários da sala da Coordenadoria de Ensino.

3.3 CONSTATAÇÃO

Há bens em que o registro patrimonial não está corretamente afixado, uma vez que a

etiqueta patrimonial não se encontra gravada/afixada de modo permanente, os quais, no entanto, possuem as mesmas características da descrição (bens similares).

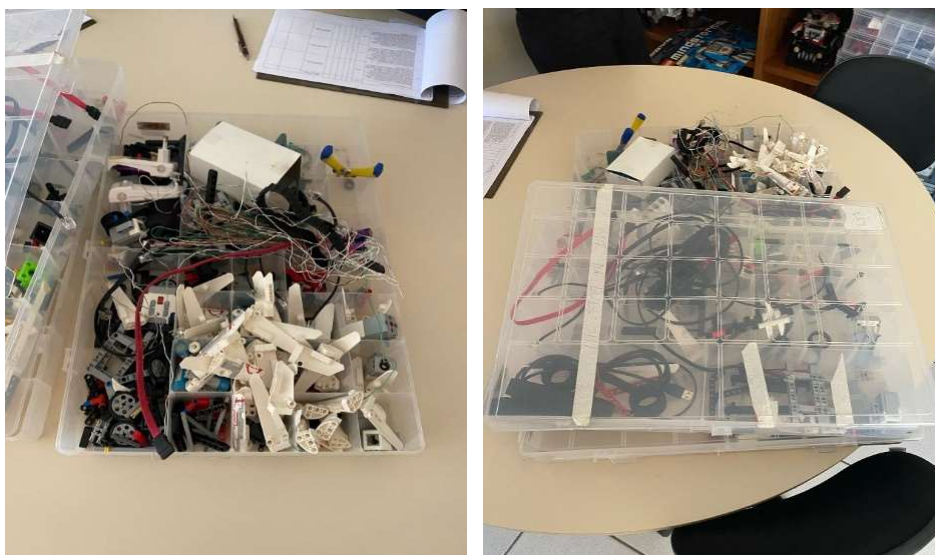
3.3.1 Critério

Item 7.13, 7.13.1 da IN SEDAP n. 205/88

3.3.2 Evidência



Tablet sem plaqueta de identificação patrimonial



Kit robótica sem plaqueta de identificação patrimonial

Verificação *in loco* do CTED (bem patrimonial n. 224966)

Verificação *in loco* da DIR (bens patrimoniais n. 162810, 225826 e 130779)

Verificação *in loco* do DEPEX (bem patrimonial n. 208160)

Verificação *in loco* do CTII (bens patrimoniais n. 245337 e 245190)

3.3.3 Causa

Ausência de servidor ocupando a Coordenadoria de Administração e de Planejamento

3.3.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

De acordo com a constatação.

3.3.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.3.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que providencie a identificação de todos os bens que integram o patrimônio do câmpus, através de número de registro patrimonial, o qual deverá ser apostado ao material mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada.

3.4 CONSTATAÇÃO

Há bens inservíveis (ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis) no Câmpus Jaguarão, sem que tenham sido tomadas medidas saneadoras.

3.4.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, caput, CF/88

Decreto n. 9.373/2018

3.4.2 Evidência

Curso Técnico em Edificações (n. patrimonial 208516 e 208518)

Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (n. patrimonial 158332, 160767 e 199014)

Direção-Geral (n. patrimonial 103909, 156675, 158238 e 225826)

3.4.3 Causa

Excesso de atribuições que impediram a comissão de desenvolver suas atividades em razão do número reduzido de servidores no câmpus

3.4.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Jaguarão manifestou-se nos seguintes termos:

Sim, esta situação existe e estamos recompondo a comissão de desfazimento de bens permanentes para resolver.

3.4.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.4.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que providencie o reaproveitamento, a movimentação, a alienação ou adote outras formas de desfazimento de bens inservíveis, conforme prevê o Decreto n. 9.373/2018.

3.5 CONSTATAÇÃO

Fragilidade na orientação e supervisão da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Jaguarão.

3.5.1 Critério

Art. 23 do Estatuto e art. 74, 78 e 82 do Regimento Geral do IFSul

Item Controles Internos da Gestão, Seção I, Capítulo IV da Instrução Normativa n. 03, de 09 de junho de 2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

3.5.2 Evidência

Verificação *in loco* (formulário *checklist*)

Insuficiência de providências quanto a não realização do inventário anual (exercício de 2019, 2020, 2021 e 2022) pelo Câmpus Jaguarão

3.5.3 Causa

Descumprimento parcial das disposições estatutárias e regimentais, resultando na insuficiência de coordenação e acompanhamento por parte da Unidade Sistêmica no tocante à administração patrimonial do Câmpus Jaguarão

3.5.4 Manifestação do gestor

A Pró-reitora de Administração e de Planejamento manifestou-se nos seguintes termos:

Conforme exposto no Relatório de Auditoria 001/2024 – Preliminar, as atividades de gestão de almoxarifado e patrimônio no Câmpus Jaguarão estão comprometidas devido a tipologia da unidade como “Câmpus Avançado”, o qual apresenta uma estrutura mínima, soma-se a inexistência de uma coordenadoria específica para gestão de almoxarifado e patrimônio; ainda a ausência de responsável para a Coordenadoria de Administração e de Planejamento, incumbida das atividades de gestão de almoxarifado e patrimônio na atual estrutura da unidade.

A Coordenadoria de Material e Patrimônio, que além de gerir e controlar os materiais de consumo e permanentes da Reitoria, tem em suas atribuições regimentais “assessorar os câmpus do IFSul nas atividades de controle patrimonial e de controle do estoque de materiais de consumo”, mas esta coordenadoria também possui uma estrutura enxuta, no mês corrente, recebemos o reforço de um terceiro servidor, o qual está se apropriando das atividades do setor e contribuirá para a melhoria das atividades e atingimento das

demandas regimentais.

O cenário apresentado ratifica as ameaças que impactam a Instituição, apontadas no Relatório de Gestão 2023 do IFSUL na pág. 17: “**Restrição** orçamentária e de **pessoal**”. Dispomo-nos junto à PROAP e o Câmpus Jaguarão, reunirmos para discussão dos apontamentos do RAIP e busca conjunta de soluções. (sic).

3.5.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Em que pese as dificuldades apontadas, destacando-se a restrição orçamentária e de pessoal, o Câmpus Jaguarão requer maior apoio, além da supervisão e orientação do órgão sistêmico devido a sua diminuta estrutura organizacional.

Registra-se que, desde o ano de 2018, os processos de inventários são realizados via Processo Eletrônico no SUAP e apenas neste referido ano o Câmpus Jaguarão apresentou inventário finalizado, o que comprova a capacidade de realização do inventário naquele momento. Não tendo sido realizado inventário patrimonial por ocasião do encerramento do exercício de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Por oportuno, com o reforço de um terceiro servidor na Coordenadoria de Material e Patrimônio, conforme mencionado pelo gestor, mantém-se a constatação, para posterior monitoramento das providências com relação à adoção de mecanismos de superintendência, coordenação e acompanhamento mais efetivos pela Pró-reitora de Administração e de Planejamento.

3.5.6 Recomendação

Recomenda-se à Pró-reitora de Administração e de Planejamento o aprimoramento dos mecanismos de atuação da Pró-reitoria na superintendência, coordenação e acompanhamento das atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Jaguarão, com ênfase na finalização dos inventários anuais (exercício 2019, 2020, 2021 e 2022).

3.6 CONSTATAÇÃO

Há insuficiência de controles internos quanto à gestão patrimonial do Câmpus Jaguarão.

3.6.1 Critério

Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

3.6.2 Evidência

Falta de identificação das salas no câmpus

Tombamento de bem de consumo, item n. 246160, persianas tipo vertical em PVC - 29m²

- SL modular

3.6.3 Causa

Ausência de servidor ocupando a Coordenadoria de Administração e de Planejamento

3.6.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Jaguarão manifestou-se nos seguintes termos:

De fato precisamos melhorar nosso controle.

3.6.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor ratifica o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.6.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que adote mecanismos de controle interno capazes de assegurar a adequada gestão do patrimônio.

3.7 CONSTATAÇÃO

Em alguns setores do Câmpus Jaguarão, os responsáveis pelas cargas patrimoniais no sistema de controle institucional não são de fato os responsáveis pela guarda dos bens.

3.7.1 Critério

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Art. 87 do Decreto-lei n. 200/67

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.7.2 Evidência

Curso Técnico em Edificações e Curso Técnico em Informática para Internet (possuem mais de um responsável pela carga patrimonial no SUAP)

3.7.3 Causa

Equívoco na atribuição de carga patrimonial no SUAP

3.7.4 Manifestação do gestor

O gestor manifestou-se conforme segue:

Sim, esta situação existe no Câmpus.

3.8.5 Análise da manifestação

A manifestação corrobora o achado de auditoria. Sendo assim, mantém-se a constatação para posterior monitoramento, ocasião em que se espera o atendimento pleno da recomendação, através de documentação correlata às inconsistências.

3.8.6 Recomendações

3.8.6.1 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que oriente os servidores do câmpus sobre a necessidade de informar a Coordenadoria de Administração e de Planejamento sobre qualquer movimentação de bens.

3.8.6.2 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que diligencie no sentido de ajustar a localização dos bens quando da realização do inventário anual de bens patrimoniais referente ao exercício de 2023.

3.9 CONSTATAÇÃO

Não foi realizado inventário patrimonial por ocasião do encerramento do exercício de 2019, 2020, 2021 e 2022.

3.9.1 Critério

Art. 94, 95 e 96, da Lei n. 4.320/64

Item 8.1, “a” da IN SEDAP n. 205/88

3.9.2 Evidência

Resposta à SA n. 001/2024 – Os inventários 2019/2020 e 2021/2022 estão em processo de finalização

Processo Eletrônico n. 23163.002276.2021-06 – inventário anual de bens móveis do Câmpus Jaguarão referente ao exercício de 2019/2020

Processo Eletrônico n. 23163.002974.2023-65 – inventário anual de bens móveis do Câmpus Jaguarão referente ao exercício de 2021/2022

3.9.3 Causa

Ausência de servidor ocupando a Coordenadoria de Administração e de Planejamento

3.9.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Jaguarão manifestou-se nos seguintes termos:

Sim, os inventários 2019, 2020, 2021 e 2022 foram iniciados mas ainda não foram finalizados.

3.9.5 Análise da manifestação

Em que pese o gestor informar que os inventários foram iniciados, a manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação para posterior monitoramento, ocasião em que se espera o atendimento pleno da recomendação.

3.9.6 Recomendação

Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que apresente à UAIG os inventários realizados do exercício 2019, 2020, 2021 e 2022.

3.10 CONSTATAÇÃO

Há bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização.

3.10.1 Critério

Princípio da eficiência na administração – art. 37, *caput*, CF/88

Art. 94 da Lei n. 4.320/64

Item 7.12 da IN SEDAP n. 205/88

3.10.2 Evidência

Bem patrimonial n. 162810 - servidor de rack tipo 1 com as seguintes características: gabinete tipo rack cp, altura de 1u, deve possuir, no mínimo, 4 baias de drives 2.5 polegadas, hot-plug, display frontal embutido no gabinete para monitoramento das condições e funcionamento, possuir ventiladores com hot-plug com redundância, drive de cd-rom embutido no chassi. painel frontal com travamento por chave do tipo canhão, possuir fontes de alimentação hot-plug em redundância

Bem patrimonial n. 215833 - MICROFONE DE MÃO SEM FIO UHF COM 2 MICROFONES

Bem patrimonial n. 154916 - roçadeira a gasolina. - cilindrada: 41,5cc; - capacidade mínima do tanque de combustível: 1 litro; - combustível: mistura gasolina + óleo 2t; - potência do motor hp/kw: 1,98/1,47 ou superior; - consumo aproximado máximo: 1,2 l/h; - rotação máxima: no mínimo 10.000rpm; - ignição eletrônica; - corte com lâmina e fio de nylon; - cabeçote de nylon e lâmina de 3 pontas inclusos

Bem patrimonial n. 213014 - martetele tipo perfurador, potência 620 watt

Outros com descrições semelhantes

3.10.3 Causa

Equívoco na descrição do bem patrimonial consistente em cópia da descrição do item do edital de licitação

Descrição incompleta do bem

3.10.4 Manifestação do gestor

A Direção-geral do Câmpus Jaguarão manifestou-se nos seguintes termos:

De acordo, existem bens com descrição genérica ou insuficiente.

3.10.5 Análise da manifestação

A manifestação do gestor corrobora o achado de auditoria. Diante disso, mantém-se a constatação.

3.10.6 Recomendações

3.10.6.1 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que providencie o ajuste da descrição dos bens no SUAP, mediante justificativa, de modo que as informações contenham os elementos necessários à perfeita caracterização dos bens.

3.10.6.2 Recomenda-se à Direção-geral do Câmpus Jaguarão que, doravante, realize o registro dos bens no sistema de modo a adequar sua descrição às características físicas e que contenha, no mínimo, a identificação do fabricante, do modelo e do número de série, quando houver.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho de auditoria buscou diagnosticar a situação atual do controle patrimonial do Câmpus Jaguarão, voltando-se prioritariamente a verificar a conformidade dos procedimentos e a adequação e suficiência dos controles internos administrativos quanto ao controle patrimonial desse câmpus.

Assim, tendo sido abordados os pontos previstos no Programa de Auditoria n. 001/2024 e realizadas as inspeções *in loco* nos cinco setores da unidade auditada, os quais possuíam carga no momento em que foi extraída a amostra, a presente auditoria permitiu verificar que o Câmpus Jaguarão apresenta insuficiência de controles internos capazes de evitar fragilidades, tais como: a) falta de bens, resultando em quantitativo de bens extraviados ou não localizados; b) bens inservíveis, sem que tenha ocorrido seu desfazimento; c) bens sem plaqueta para a identificação patrimonial; d) bens localizados em setores diversos dos cadastrados no SUAP; e) bens em que o registro patrimonial não está corretamente afixado, uma vez que a etiqueta patrimonial não se

encontra gravada/afixada de modo permanente os quais, no entanto, possuem as mesmas características da descrição (bens similares); f) responsáveis pela carga de bens que não são responsáveis de fato pela sua guarda; g) bens descritos de forma insuficiente ou genérica, dificultando sua caracterização e h) bens na carga da Diretora-geral e da Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que correspondem a outros setores. Também constatou-se, conforme exposto na constatação 3.5 deste Relatório, fragilidade na orientação e supervisão da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento sobre as atividades e funções da administração patrimonial do Câmpus Jaguarão.

Diante do exposto, encaminha-se o presente Relatório de Auditoria para que o gestor tome ciência das recomendações, salientando que seu não cumprimento implica na aceitação dos riscos. A implementação dessas recomendações será, no futuro, objeto de avaliação por esta Unidade de Auditoria Interna Governamental.

(servidora em licença maternidade)

GLAUCIA SALVADOR PEREIRA PRESTES,

Auditora

VIVIANE KOSCHIER BUSS MENDES,

Auditora

De acordo.

HENRIQUE ZIGLIA MAIA,

Auditor-geral